

1 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO MARANHÃO - CBH  
2 MARANHÃO  
3 ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
4

5 **Data: 02 de agosto de 2016.**

6 **Horário: 9h00 às 12h**

7 **Local: Auditório Humberto Ludovico, Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília -**  
8 **Estação Rodoferroviária, Térreo - Ala Norte**

9  
10 **Representantes do Poder Público:**

11 IBRAM: Elisa Coutinho de Lima Saldanha

12 Patrícia Valls e Silva

13 ADASA: Alba Evangelista Ramos

14 CAESB: Fábio Bakker Isaías

15 EMATER DF – Clarissa Campos Ferreira

16  
17 **Representantes das Organizações Cívicas**

18 Embrapa Cerrados: Jorge Enoch Furquim Werneck Lima

19  
20 **DEMAIS PARTICIPANTES:**

21 ADASA – Paulo Sérgio Brêtas de Almeida Salles

22 ADASA – Diógenes Mortari

23 ADASA – Rafael Machado Mello

24 ADASA – Hudson Rocha Oliveira

25 ADASA – Érica Yoshida de Freitas

26 ADASA – Magda C. de Oliveira

27 ADASA – Saulo Gregory Luzzi

28 ADASA – Wendel Vanderlei Lopes

29 ADASA – Vitor R. L. Santos

30 ADASA – Cirlânia Mota

31 ADASA – Danielle Barreto

32 ADASA – Gabriela G. O. Dorneles

33 ADASA – Mariana Viegas

34 ADASA – Daniel de Lucena Matos

35 ADASA – Juliana Martins Teixeira Seimetz

36 ADASA – Emanuel Marrocos Lima Moita

37 EMATER-DF – Marcos de Lara Maia

38 EMATER-DF – Anne Caroline L. Borges

39 CAESB – Fábio Bakker

40 IBRAM – Luiz Rios

41 CBH Maranhão – Delson da Costa Matos

42 EXECUTIVA – Paulo Bustamante

43 MAR DE BRASÍLIA – Darse Arimatéa F. Lima

44 OCA DO SOL – Maria Consolación Udry

45 UNIPAZ – Regina Stella Q. Fittipaldi

46 Eliana Fortis

48 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

49 Às nove horas do dia 02 de agosto de 2016, realizou-se a Décima Primeira Reunião  
50 Extraordinária do CBH/AM, no auditório Humberto Ludovico, ADASA Setor Ferroviário -  
51 Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária, Térreo - Ala Norte, Brasília – DF, em  
52 conjunto com os Comitês de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Preto e do Paranoá, tendo  
53 como pauta única a apresentação da minuta de resolução que estabelece os volumes de referência  
54 e ações de contenção em situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e  
55 Santa Maria, visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos. O dispositivo foi  
56 composto pelo Diretor Presidente da Adasa, Dr. Paulo Salles; pelo Diretor Corregedor da Adasa,  
57 Diógenes Mortari, pelo Presidente do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Preto, Sr. Genésio  
58 Muller, pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão, Sr.  
59 Delson da Costa Matos e pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranoá, Jorge  
60 Enoch Furquim Werneck Lima. O Diretor Presidente da Adasa, Paulo Salles abriu a reunião  
61 dando as boas vindas e discorreu sobre a situação crítica dos recursos hídricos no DF durante a  
62 estação seca de 2016, chamando atenção para a situação crítica dos volumes dos reservatórios do  
63 Descoberto e Santa Maria decorrente, entre outros fatores, período da seca e alteração no regime  
64 de chuvas. Disse que, ADASA como órgão gestor propõe declarar o estado de escassez. Informou  
65 que a análise da situação levou em consideração as prioridades estabelecidas em lei e tem  
66 embasamento em notas técnicas, e que há urgência em definir a norma para realização de ações,  
67 especialmente, a conscientização da população. Ressaltou que esse tema requer discussão  
68 continuada. Paulo Salles explicou que a primeira audiência foi realizada em 06 de julho de 2016 e  
69 que foram recebidas contribuições do ICMBio e da CAESB. Informou que a ADASA foi  
70 questionada sobre a pouca divulgação da audiência embora houvesse tido ampla divulgação por  
71 meio do envio de 600 (seiscentos) e-mails, 60 (sessenta) ofícios, publicação do Diário Oficial do  
72 DF e no *site* da ADASA. Reforçou, também, que é preciso tempo para se chegar ao que se quer  
73 para a gestão de recursos hídricos do Distrito Federal. Alertou que a Audiência Pública é  
74 procedimento regulamentado e que a reunião com comitês tem a intenção de preparar seus  
75 membros para a audiência do dia 09 de agosto do corrente ano, tendo, portanto, um caráter de  
76 esclarecimento e não definição. As contribuições à minuta da resolução devem ser enviadas  
77 através do site da ADASA, protocoladas na ADASA ou serem feitas verbalmente na audiência,  
78 que é gravada. Foi passada a palavra ao Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do  
79 Paranoá, Sr. Jorge Werneck, que abriu a reunião, em nome dos presidentes dos três CBHs do DF e  
80 agradeceu a presença de todos, assim como, a iniciativa da ADASA de trazer a discussão para o  
81 Sistema de Recursos Hídricos do DF. Jorge ressaltou a importância de discussão do tema escassez  
82 hídrica e citou o exemplo recente de São Paulo. Reforçou a necessidade de se ter documentos  
83 embasados pelo Sistema que vem fortalecer a decisão necessária e as ações de prevenção.  
84 Destacou, também, a importância do planejamento, uma vez que o monitoramento realizado por  
85 diferentes instituições tem mostrado que as vazões dos rios estão diminuindo, indicando que a  
86 melhoria na gestão é a forma mais eficiente de resolver os problemas já existentes. Em seguida,  
87 foi passada a palavra para o Superintendente de Recursos Hídricos da Adasa, Rafael Mello que  
88 iniciou dizendo que seriam três apresentações: a primeira sobre como a Adasa atua na gestão de  
89 recursos hídricos em situações de seca, a segunda, a apresentação da minuta de resolução, pela  
90 equipe da Regulação da Superintendência de Recursos Hídricos da Adasa (SRH) e a terceira pela  
91 equipe do Monitoramento da SRH. Rafael iniciou a apresentação destacando que a ADASA  
92 conhece bem a situação das águas do DF e possui monitoramento nos pontos de controle das sub-  
93 bacias. Informou que é realizado monitoramento quantitativo e qualitativo superficial e  
94 subterrâneo e que os níveis dos reservatórios do Descoberto e Santa Maria são publicados  
95 semanalmente no sítio eletrônico da Adasa. Informou que os níveis dos reservatórios do  
96 Descoberto e de Santa Maria são publicados semanalmente no site da ADASA e que mensalmente  
97 é publicado o relatório de vazão dos principais rios. Chamou atenção para os dados de chuva  
98 acumulada mensal que está com valores abaixo da média e vem sendo acompanhado com atenção  
99 desde o início. Em relação à fiscalização, Rafael informou que há uma rotina a partir de

100 planejamento das ações. Destacou as reuniões com usuários como uma forma mais efetiva de  
101 atuação. Alertou que a realização de campanhas de regularização é um grande desafio, e que o  
102 objetivo é conhecer tudo o que é praticado no DF. Ressaltou o trabalho realizado na identificação,  
103 regularização e revitalização dos canais de irrigação. Relatou que, apesar do esforço, ainda há  
104 necessidade de ampliar os pontos de monitoramento. A equipe da Regulação está trabalhando e  
105 produzindo diversas resoluções específicas com o intuito de melhorar a gestão. Relatou outro  
106 avanço na gestão que foi a adesão ao Progestão. Érica, coordenadora de Regulação/SRH  
107 apresentou o conteúdo da minuta da resolução sobre a escassez hídrica, esclarecendo que a  
108 presente minuta já incorporou contribuições recebidas na primeira sessão da Audiência Pública nº  
109 05/2016. Érica discorreu sobre a minuta de resolução que define “Estado de Atenção”, “Estado de  
110 Alerta” e “Estado de Restrição de Uso”, a serem disparados quando os reservatórios de Santa  
111 Maria e do Descoberto atingirem, respectivamente, os níveis de 60%, 30% e 20%. No “Estado de  
112 Atenção”, caracterizado pelo volume dos reservatórios (60%), quando será necessário comunicar  
113 os usuários e consumidores sobre os eventuais riscos de redução dos níveis para volumes críticos  
114 de alerta e restrição. A decretação deste Estado determina que seja intensificada a fiscalização nas  
115 áreas de influência dos reservatórios e unidades hidrográficas contribuintes; as campanhas e  
116 demais ações educativas com o objetivo de sensibilizar os usuários para a necessidade de redução  
117 do consumo de água; e, a alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas  
118 contribuintes. Neste Estado, a minuta estabelece ainda, que a empresa concessionária de serviço  
119 público de saneamento básico deverá operar os reservatórios objetivando o equilíbrio dos seus  
120 níveis assim como, a alocação de água entre os usuários das unidades hidrográficas será feita de  
121 forma prévia e participativa. O “Estado de Alerta” indica o de risco de escassez hídrica, quando o  
122 estado de armazenamento dos reservatórios (30%) indica a necessidade de adoção de medidas  
123 para a redução do consumo de água. Neste caso, haverá a declaração da situação crítica de  
124 escassez hídrica, com a ampliação das ações de comunicação com a sociedade; e, promoção da  
125 alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas contribuintes, com possibilidade de  
126 restrição de uso e redução da vazão outorgada. A minuta de resolução ainda estabelece que, em  
127 situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a  
128 dessedentação de animais; que a declaração de situação crítica de escassez hídrica será  
129 estabelecida por ato específico da ADASA; que durante a situação crítica de escassez hídrica, a  
130 ADASA poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, conforme o disposto no art. 46, da  
131 Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que contém as diretrizes nacionais para o  
132 Saneamento Básico; e, que, caso seja necessário o estabelecimento da tarifa de contingência esta  
133 será determinada em resolução específica. O “Estado de Restrição” será estabelecido quando o  
134 volume dos reservatórios (20%) indicar a necessidade de medidas de redução do consumo de  
135 água. Neste caso haveria a declaração de regime de racionamento preventivo, por meio de  
136 resolução específica. E, finalmente, disse que a minuta ainda prevê que a resolução poderá ser  
137 revista pela ADASA, conforme estudos venham a ser realizados e indiquem a necessidade de  
138 ajuste nos parâmetros estabelecidos. Érica, finalizou sua apresentação divulgando informações  
139 sobre o processo de consulta e audiência pública, os quais estão disponíveis no sítio eletrônico da  
140 Adasa: [www.adasa.df.gov.br](http://www.adasa.df.gov.br). Informou ainda que o envio de contribuições deve ser realizado  
141 pelo endereço eletrônico [ap\\_005\\_2016@adasa.df.gov.br](mailto:ap_005_2016@adasa.df.gov.br) ou por correspondência endereçada ao  
142 Protocolo Geral da Adasa até as 17 horas do dia 9 de agosto de 2016. A palavra foi passada à  
143 Camila Campos, Coordenadora de Monitoramento da SRH, que apresentou as simulações feitas  
144 visando definir os níveis dos reservatórios a serem considerados para o estabelecimento dos  
145 Estados críticos. Camila informou que as simulações foram feitas com os dados de monitoramento  
146 da ADASA e da CAESB para os reservatórios de Santa Maria e Descoberto. Informou que foram  
147 considerados os seis cursos d’água afluentes do Descoberto e os três do Santa Maria. A análise  
148 contemplou dados de evaporação, pluviosidade e captação. Explicou que foram elaborados dois  
149 cenários para cada reservatório, em relação ao somatório das vazões dos afluentes: 1)  
150 considerando os dados de vazão do pior ano registrado na história desde 1986; e 2) considerando a  
151 Q95. No caso do Descoberto, o pior cenário histórico teve vazão média mensal registrada de 0,12

152 hm<sup>3</sup>/dia. Neste caso, com o Reservatório com 20%, haveria água suficiente para abastecer a  
153 população por 36,67 dias; com 30%, abasteceria a população por 55 dias e com 60%, abasteceria  
154 por 110 dias. Relatou ainda, que o monitoramento realizado em 2016 indicou um cenário pior do  
155 que o encontrado desde 1986. A análise também abordou o questionamento quanto ao que pode  
156 ser feito na quantidade de dias disponíveis para abastecimento se não chover. No caso de Santa  
157 Maria foram considerados três tributários e a área não monitorada, e foram realizados os mesmos  
158 cálculos e cenários feitos para o Descoberto. Foi considerada a vazão de entrada como a menor  
159 vazão média mensal registrada na história, desde 1982, sendo ela 0,01 hm<sup>3</sup>/dia. Neste caso, com o  
160 Reservatório com 20%, haveria água suficiente para abastecer a população por 83 dias; com 30%,  
161 abasteceria a população por 124 dias e com 60%, abasteceria por 249 dias. Camila disse que o  
162 monitoramento é feito mensalmente e que no Descoberto foi intensificado para periodicidade  
163 quinzenal durante o período da seca. Aberta a palavra à plenária, Fabio Bakker, representante da  
164 CAESB, ressaltou que Santa Maria possui dificuldade de recarga e que o Descoberto quando com  
165 nível baixo apresenta problemas de qualidade, o que pode acarretar um desabastecimento no  
166 início do período de chuvas, fato que já ocorreu esse ano com 6 a 12 dias de interrupção do  
167 abastecimento. O Presidente do CBH do Paranoá, Jorge Lima, sugeriu que a Resolução deve  
168 especificar/ definir a sazonalidade ou temporalidade dos níveis e as ações previstas, uma vez que,  
169 por exemplo, o armazenamento de 30% do volume útil dos reservatórios no início e no final do  
170 período seco representam situações totalmente distintas; Sugeriu ainda que se faça uma revisão do  
171 artigo 3º, parágrafo 1º, haja vista que se trata de uma atividade que deve ser constante; Jorge,  
172 sugeriu que deve-se explicitar o papel dos Comitês de Bacia e da sociedade no processo dinâmico  
173 de decisão previsto nesta resolução, considerando a operação do Sistema de Gerenciamento de  
174 Recursos Hídricos do Distrito Federal e recomendou a criação de um Grupo de Acompanhamento  
175 da Situação dos Reservatórios do Descoberto e do Santa Maria que funcione, por exemplo, nos  
176 moldes do Grupo de Trabalho que trata das cotas do Lago Paranoá e da alocação de vazões na  
177 Bacia do Rio Pipiripau em momentos de escassez. Jorge sugeriu a inserção de um artigo que  
178 indique a necessidade de que a situação do volume armazenado nos reservatórios Santa Maria e  
179 Descoberto seja efetuada de forma integrada e que considere as peculiaridades hidrológicas de  
180 cada um deles; finalmente, disse que deve ficar claro na resolução que os níveis estabelecidos (60,  
181 30 e 20% do Volume Útil dos reservatórios) sejam valores de referência, deixando a cargo do  
182 Grupo de Acompanhamento a recomendação para os decretos de Atenção, Alerta ou Restrição.  
183 Por exemplo, se as simulações indicarem o risco de atingimento desses níveis, poder-se-ia  
184 antecipar as ações de gestão da oferta e da demanda hídrica. Fábio Bakker, parabenizou a  
185 ADASA pela iniciativa e relatou que a CAESB já debate essa questão há algum tempo. Ponderou  
186 que da forma como a resolução está apresentada já será um marco importante e é um ganho para  
187 gestão de recursos hídricos do DF. Ressaltou a importância da temporalidade e abordagem  
188 diferenciada para os reservatórios. Destacou, também, que o início das chuvas já está próximo e  
189 questionou se vale a pena entrar em estado de atenção nesse momento. Regina Fittipaldi  
190 (UNIPAZ), destacou a necessidade de convergência de esforços tanto dos órgãos do Governo  
191 quanto da população e sugeriu que se estabeleçam de pactos. Parabenizou a ADASA pela  
192 iniciativa, pois esse tema deve ser debatido. Ressaltou que é preciso reforçar a relação com  
193 usuários e a importância de realizar um processo de sensibilização das comunidades. Afirmou que  
194 é preciso ter clareza da participação do Sistema de Recursos Hídricos nos encaminhamentos e  
195 diretrizes da Resolução. Questionou como nos processos de licenciamento de obras, a CAESB  
196 autoriza a expansão urbana em áreas de recarga, e exemplificou com a situação do Riacho Fundo.  
197 Questionou ainda, o uso de água pela agricultura irrigada que é o setor que mais consome água e  
198 não paga por isso, sugerindo a cobrança. Relatou sua indignação quando da apresentação ZEE-DF  
199 no CONAM, quando foi colocado que deveria se trabalhar os rios que podemos e não os rios que  
200 queremos. Destacou a situação da ARIE Granja do Ipê e a importância dos cursos d'água  
201 preservados que existem na área. Citou, ainda, o trabalho realizado na Serrinha do Paranoá.  
202 Ressaltou que a sociedade possui papel fundamental como apoiadores de ações efetivas. Destacou  
203 problemas de contaminação dos córregos e questionou o porquê de não inserir pequenos córregos

204 e nascentes de fato da rede de recursos hídricos do DF. Consolacion Udry destacou que este é um  
205 momento especial para ampliar estudos e metodologias sobre o tema. Segundo ela, ao não  
206 considerar pequenos córregos e nascentes nos cálculos e na estrutura de gestão do território,  
207 consideram-se esses itens como inexistentes. Questionou qual seria a forma de incrementar os  
208 estudos para se considerar a qualidade e quantidade de todos os pontos de água. Assim como  
209 Regina Fittipaldi, citou a questão da agricultura e a necessidade de utilização de sistemas mais  
210 racionais de irrigação. Destacou que é um grave erro envolver a população de imediato sem  
211 resolver a questão com os irrigantes. Sugeriu o que setor da agricultura pague pela água que usa,  
212 como forma de indução econômica. Paulo Salles explicou que houve estudo intenso da questão e  
213 que há sempre prós e contras. Reforçou que a proposta de resolução apresentada trata  
214 especificamente de reservatórios e não há como tratar de todos os problemas do DF em uma  
215 mesma Resolução. Sugeriu que outras resoluções devem ser elaboradas para tratar outros  
216 problemas. Reforçou, também, que é preciso considerar a perspectiva do tempo, de forma a tratar  
217 os problemas na medida das capacidades existentes. Rafael reiterou o trabalho de alocação que  
218 vem sendo desenvolvido pela ADASA e parceiros, pelo qual é possível identificar uma situação  
219 crítica. Relatou que, após as reuniões de negociação, os usuários são mobilizados e recebem os  
220 dados da área. Esse trabalho possibilita, ainda, a criação de diferentes soluções para a situação.  
221 Destacou, no entanto, que é necessário ter um grupo engajado para se obter resultados. Como  
222 exemplo, citou a Comissão de Acompanhamento do Pípiripau. O Presidente do CBH Afluentes do  
223 Rio Preto, Genésio Muller, destacou que o CBH Preto e o CBH Maranhão não são citados na  
224 resolução. Disse que espera que a divisão das responsabilidades seja feita por consenso. Enfatizou  
225 que não se deve destruir uma classe produtora e culpá-la de todos os problemas. Destacou que a  
226 agricultura é importante para a recarga dos aquíferos, principalmente quando comparada à  
227 impermeabilização das cidades. Relatou, ainda, que não viu discussão sobre isso em nenhuma  
228 instância. Informou que a área agrícola é muito importante para manter a qualidade da água. É  
229 preciso discutir em grupo e dividir os problemas. Unir esforços e debater o que está acontecendo  
230 com a sociedade. Camila reforçou que as áreas de pequenos córregos e nascentes foram  
231 consideradas no estudo, como áreas não monitoradas. Prioridades foram estabelecidas com base  
232 no conhecimento existente da região. Destacou que no caso do Descoberto há utilização no  
233 entorno do reservatório enquanto Santa Maria está localizado em uma Unidade de Conservação.  
234 Assim, os dois reservatórios apresentam comportamentos diferentes. Apóia a sugestão de criação  
235 de grupo de acompanhamento, mas talvez em outra resolução para não atrasar o cronograma já  
236 estabelecido. Consolación Udry disse que é fundamental a disponibilização das informações  
237 dessas áreas não monitoradas, citadas pela Camila Campos, Coordenadora de Monitoramento da  
238 SRH. O Diretor da ADASA, Diógenes Mortari relatou que a ADASA tem conhecimento dos  
239 impactos da resolução. Para ressaltar a importância de discussão do tema citou o exemplo de  
240 Minas Gerais e reforçou a necessidade de se ter um marco inicial. Afirmou que as simulações  
241 continuarão a ser realizadas, para basear as tomadas de decisões, assim com as campanhas de  
242 sensibilização e fiscalização. Destacou que existem muitas variáveis envolvidas. Informou que há  
243 possibilidade de incentivos, por exemplo, redução na conta para quem reduzir o consumo, o que  
244 deve ser considerado e estudado. Relatou, ainda, que é preciso antecipar algumas medidas, antes  
245 do problema se instalar. Lembrou que existem diversos projetos em andamento e que terão  
246 atuação em longo prazo. Ponderou que nas questões climáticas não se tem muito domínio. É  
247 preciso apoio de toda a população e de todos os setores da sociedade. Consolación Udry sugeriu  
248 que se utilize a metodologia do Projeto Água, da Serrinha do Paranoá, com apoio da população  
249 para cadastramento de nascentes. Fábio Bakker, destacou a necessidade de se deixar claro que tal  
250 normativo é a critério da ADASA e a importância de se trazer clareza para sociedade. Reforçou  
251 que é preciso se estabelecer um período para revisão. Esclareceu ainda, em resposta à Regina  
252 Fittipaldi, que a CAESB não é responsável pelo licenciamento ambiental e sim os órgãos  
253 ambientais e que a CAESB opina sobre interferência em Áreas de Proteção de Manancial (APM).  
254 Irene Mesquita destacou que o DF possui, naturalmente, baixa disponibilidade hídrica por estar  
255 localizado em área de cabeceiras. Sugeriu que o instrumento tarifário seja aplicado somente no

256 estado de restrição. No estado de alerta que seja utilizado um olhar mais abrangente como, por  
257 exemplo, a restrição de outorgas, fiscalização de APPs. Sugeriu ainda, que no estado de alerta, no  
258 caso de se utilizar o instrumento tarifário, seja cobrado apenas o excedente da média. Jorge Lima  
259 destacou que as sugestões dadas visam dar celeridade ao processo. Reforçou a necessidade de  
260 normas para tomada de decisão. Ponderou, ainda, que é possível inserir várias das sugestões sem  
261 alteração do cronograma proposto. Regina Fittipaldi questionou se no processo de avaliação da  
262 resolução não foi estudado um estágio de prevenção. Destacou que no primeiro estado proposto, o  
263 de atenção, já estamos correndo atrás do prejuízo. Reforçou que a política pública preventiva deve  
264 ser incorporada à cidadania. Diógenes Mortari relatou que a Adasa realiza algumas campanhas ao  
265 longo do ano. Em março é realizada a Semana da Água e logo após é feita campanha de  
266 sensibilização. Em outubro é feita campanha voltada para drenagem e resíduos em decorrência do  
267 período de chuvas. É realizada, ainda, pesquisa anual com todas as Regiões Administrativas  
268 levantando-se os pontos de abastecimento, lixo. As campanhas da ADASA têm procurado focar o  
269 uso racional e devem ser intensificadas. Destacou que a CAESB deve reduzir a perda de 30% e  
270 que os problemas de demanda de água não são só da agricultura. Relatou, também, que existem  
271 outros sistemas que não foram considerados na resolução. A população deve acompanhar e  
272 verificar os resultados das ações. Consolación reforçou a necessidade de prevenção. Destacou,  
273 ainda, a necessidade de gestão pública integrada ADASA, CAESB, IBRAM, SEMA e SEGETH.  
274 Não há políticas para conservação de áreas de recarga. Relatou que o Sistema Público de  
275 Educação não possui informações. Segundo Consolación, não adianta as instituições terem mapas  
276 se esse material não chega aos alunos. Destacou a cultura da água, sua sacralidade. São  
277 necessárias ações simples e não campanhas gerais. As normas acabam como algo que ninguém  
278 cumpre. Diógenes Mortari informou que a ADASA já faz esse trabalho, mas é preciso interesse da  
279 Secretaria de Educação. Relatou, também, que o DF está em nível superior aos demais Estados e  
280 que, apesar de estar fraco, o trabalho já foi isso iniciado. Regina Fittipaldi reconheceu que o DF  
281 está na frente, mas é tímido na gestão de recursos hídricos. É preciso um olhar sistêmico. E que o  
282 governo assuma mudanças na forma de gerir os recursos hídricos. Existem iniciativas no mundo  
283 inteiro como: reuso de água, aproveitamento de água pluvial. Campanhas sozinhas e isoladas não  
284 geram mudança de consciência. Torna-se necessário ter clareza que podemos reivindicar direito a  
285 vida, água é vida. Camila esclareceu a situação do mapa hidrográfico do DF citado por  
286 Consolación, que foi atualizado, mas ainda será impresso. Finalmente a reunião foi encerrada da  
287 qual eu, Alba Evangelista Ramos, Secretaria Geral do Comitê, lavrei a presente Ata a qual  
288 apresenta as listas de assinaturas como anexo e comprovante das presenças e segue assinada por  
289 mim e pelo Presidente do Comitê.

290

291

292

**ALBA EVANGELISTA RAMOS**

293

Secretaria Geral do CBH/AM

294

295

296

**DELSON DA COSTA MATOS**

297

Presidente do CBH/AM